

As antigas fazendas jesuíticas: o transporte e a venda de gado dos sertões do Piauí para a feira de Capuame, Bahia (1769-1789)

The old Jesuit ranches: the transportation and sale of cattle from the hinterlands of Piauí to the Capuame fair, Bahia (1769-1789)

Samir Lola Roland

 <https://orcid.org/0000-0002-1168-7587>
Universidade Federal do Maranhão

Resumo: O envio e a venda de reses para a Feira de Capuame, na Bahia, constituiu-se como um dos negócios empreendidos pelas autoridades régias após a expulsão dos padres jesuítas da capitania do Piauí no ano de 1759 e o confisco de todos os seus bens e patrimônios, como escravos e gados. Essa temática foi estudada por diversos autores, desde estudos clássicos até os mais recentes. No entanto, ainda é um tema que carece de aprofundamento, pois apresenta muitas lacunas, principalmente, no que se refere ao funcionamento desse negócio, os agentes (trabalhadores livres e escravizados) e as autoridades régias envolvidas. Além disso, torna-se necessário compreender o quantitativo de reses e boiadas enviadas, bem como os rendimentos alcançados no período de 1770 a 1788. Pretendemos demonstrar que, em que pese as dificuldades relacionadas às enormes distâncias, as secas, o dispêndio de força de trabalho e a perda de animais durante as longas jornadas de viagem, a venda de gado em pé era lucrativa e se manteve como uma alternativa importante para o abastecimento de centros urbanos como Salvador até fins do século XVIII, o que nos permite entender a dimensão do patrimônio deixado pelos religiosos e os negócios em que eles estavam envolvidos na região.

Palavras-chave: Boiadas. Sertões do Piauí. Feira de Capuame.

Abstract: Sending and selling cattle to the Capuame Fair in Bahia was one of the businesses undertaken by the royal authorities after the expulsion of the Jesuit priests from the captaincy of Piauí in 1759 and the confiscation of all their goods and assets, such as slaves and livestock. This subject has been studied by various authors, from classic studies to more recent ones. However, it is still a subject that needs further study, as it has many gaps, especially with regard to how this business worked, the agents (free and enslaved workers) and the royal authorities involved. In addition, it is necessary to understand the quantity of cattle and oxen sent, as well as the income achieved between 1770 and 1788. We intend to demonstrate that, despite the difficulties related to the enormous distances, the droughts, the expenditure of labor and the loss of animals during the long journeys, the sale of standing cattle was profitable and remained an important alternative for supplying urban centers such as Salvador until the end of the 18th century, which allows us to understand the size of the patrimony left by the religious and the businesses in which they were involved in the region.

Keywords: Cattle. Hinterlands of Piauí. Capuame Fair.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O transporte e a venda de gado dos sertões do Piauí para Salvador

Em 1759, no reinado de D. José I, ocorreu a expulsão dos regulares da Companhia de Jesus de todo os seus domínios ultramarinos, com a determinação do sequestro imediato de seus bens e patrimônios, sob a acusação de que os religiosos estariam se apropriando de boa parte das terras e escravos das capitânicas (SANTOS, 2008, p. 172-184; RODRIGUES, 2011). No Piauí, o poder e a riqueza que os padres jesuítas detinham no momento de sua expulsão da capitania¹, era quantificada pelo número de fazendas, gados e escravos que eles possuíam. Este artigo busca entender o envio e a venda de reses do Piauí para a Feira de Capuame, como um negócio que parou de funcionar por um período, momento em que as autoridades estavam preocupadas com a organização e a administração de todo o patrimônio deixado pelos religiosos², mas que dez anos depois, foi retomado pelas autoridades régias, principalmente, pelo governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, que esteve à frente desse empreendimento lucrativo.

É difícil precisar a quantidade da riqueza dos jesuítas (propriedades e bens), apreendidos pelas autoridades régias, demonstrando também o poder e a influência exercida pelos religiosos nessa sociedade pastoril, traduzida numa abundância de terras, gados e escravos em seus domínios³. De modo que, como afirmam Ana Stela Oliveira e Nívia Assis, “a atuação dos jesuítas no Piauí está mais relacionada à administração das fazendas de gado do que às missões e catequese” (OLIVEIRA; ASSIS, 2009, p. 4). Uma vez que após a morte de Domingos Afonso Mafrense⁴, os jesuítas teriam adquirido por testamento 30 fazendas e gados que ficaram sob a administração do reitor do Colégio da Bahia que na ocasião era João Antonio Andreoni, primeiro testamenteiro que teria nomeado o padre Manuel da Costa como administrador dos bens, e mais tarde o padre Manuel Gonzaga. (NUNES, 2007, p. 115); (OLIVEIRA; ASSIS, 2009, p. 2). Nesse sentido, podemos afirmar que no “Piauí, os padres da Companhia de Jesus se relacionavam com a estrutura econômica do período colonial. Vendiam e compravam gado, arrendavam sítios e vendiam e compravam outras fazendas” (OLIVEIRA; ASSIS, 2009, p. 7).

O primeiro ato de João Pereira Caldas logo após a criação da capitania do Piauí e a sua ascensão como primeiro governador, foi a expulsão dos jesuítas da capitania e o sequestro dos seus bens, os remetendo presos a Bahia (COSTA, 1974, p. 131-132). Segundo José Martins Pereira de Alencastre, no ano de 1759, foram apreendidos “todos os bens móveis e de raiz, rendas ordinárias e pensões, que os religiosos da Companhia possuíam e cobravam no Piauí” (D’ALENCASTRE, 1857, p. 48-49). Dentre as propriedades estavam:

As fazendas que constituíam a capela grande e pequena, instituídas por Domingos Afonso eram 39, e delas faziam parte 50 sítios, que se achavam arrendados a particulares por 10\$000 réis anuais. Os jesuítas compraram

¹ No que se refere a outras causas da expulsão dos jesuítas, ver: (CARVALHO, 2018).

² No que diz respeito a constituição do patrimônio jesuítico, ver: (NEVES NETO, 2012).

³ O caso da Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro, igualmente representava o poderio dos padres jesuítas, traduzido pelo número elevado de escravos, índios e terras, com a justificativa de manter o projeto catequético na América, o que, a partir de meados do século XVIII, desagradou suficientemente os interesses da Coroa e moradores, ao ponto de os expulsarem dos domínios coloniais e os destituírem de suas posses e patrimônios. (COUTO; AMANTINO, 2013, p. 22-32).

⁴ Segundo Maria Betania, o português Domingos Afonso Sertão era natural do termo de Torres Vedras, localizado nas proximidades de Lisboa. Ele teria vindo para o Brasil acompanhado do irmão, Julião Afonso, os quais teriam se tornado sócios da família Garcia de Ávila, grandes latifundiários da Casa da Torre da Bahia. A historiografia piauiense reconhece Domingos Afonso como um dos descobridores do Piauí. Ele foi um dos grandes proprietários de terras na região, as quais teriam conseguido por meio de cartas de sesmarias “que lhe foram doadas como pagamento por ter vencido guerras contra as tribos que habitavam o sudeste piauiense” (FURTADO, 2019, p. 47)

algumas outras fazendas e situações limítrofes com as terras do finado Domingos Afonso, e engrossaram assim a propriedade de que estavam de posse (D'ALENCASTRE, 1857, p. 48-49).

Desse modo, além das fazendas recebidas por testamento, os religiosos teriam comprado outras, “entre as quais Guariba e Mato, compradas em 1745 ao capitão-mor Antônio Gonçalves Neiva e Inácia de Araújo Pereira, viúva do coronel Garcia d'Ávila Pereira” (BANDEIRA, 2007, p. 354), ampliando as suas terras na região.

Em 10 de março de 1760, cumprindo ordens do Marquês de Pombal, o governador João Pereira Caldas deu ordens para enviarem os jesuítas para a Bahia e dividirem as fazendas em três inspeções com administradores e vaqueiros. Segundo Solimar Oliveira Lima, sob a “nova administração, as propriedades passaram a ser denominadas Fazendas do Real Fisco ou Fazendas do Fisco, e os trabalhadores, como ‘escravos do Real Fisco’ ou ‘escravos do Fisco’” (LIMA, 2008, p. 139). Além disso, a Coroa portuguesa teria concedido muitas fazendas a particulares que serviram o Estado e que exerciam muita influência na Corte (D'ALENCASTRE, 1857, p. 49).

As três Inspeções eram denominadas de Santo Inácio do Canindé, São José do Piauí e Nossa Senhora de Nazareth, oriundas da Capela Grande e da Capela Pequena, as quais, em cada ano, enviavam um determinado número de boiadas para o litoral baiano. A Inspeção do Canindé contava com as seguintes fazendas: Ilha, Pobre, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Boriti, Campo Grande, Campo largo (que funcionava como Residência). Já a Inspeção de São José do Piauí somava as fazendas: Serra, Cajazeiras, Mucambo, Brejinho (Residência), Cachoeira, Salinas, Espinhos, Canaveiras, Grande, Caché, Boqueirão, Julião, Gameleira. Por último, a Inspeção de Nazareth, detinha as fazendas: Lagoa de São João, Gameleira, Tranqueira, Serrinha, Catharens, Algodões (Residência), Olho d'Água, Matos, Guaribas, Genipapo, Mucambo (ALENCASTRE, 1857, p. 52-60). As fazendas das referidas inspeções estavam situadas nas margens do rio Canindé, Piauí e do riacho denominado Tranqueira. As residências de cada Inspeção localizavam-se nas proximidades da vila de Oeiras. A função de cada Residência era controlar a entrada e saída de capital, bem como dar conta do andamento administrativo de todos os bens e propriedades (FURTADO, 2019, p. 76-114).

Os primeiros registros sobre as boiadas que se dirigiram para a Bahia que se tem notícia, são encontrados nos relatos do jesuíta André João Antonil. Esses relatos são tão relevantes não apenas por serem os primeiros, mas também pela riqueza de informações e por terem influenciado diversos autores como Capistrano de Abreu (1930), Caio Prado Júnior (1981; 2011), Roberto Simonsen (2005), Charles Boxer (1969), Francisco Carlos Teixeira da Silva (2016) e Luís Mott (2009), que teriam se valido dos seus escritos em diferentes períodos para entender como funcionava o transporte de gado em pé para Salvador.

Antonil relatava que a expansão das boiadas pelo interior e proximidades, tinha como principal eixo de ocupação o rio São Francisco, abrangendo uma área “desde o Piauí até a barra de Iguassú, e de Parnaguá, Rio Preto”. O objetivo era fornecer o sustento dos moradores de Salvador, ligados aos engenhos de açúcar. Essas boiadas encontravam “melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam” (ANTONIL, 1837, p. 198). No que se refere à quantidade de reses que vinham nas boiadas, constam, “cem, cento e sessenta, duzentas, e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capuame⁵,

⁵ Os gados saíam da bacia do Canindé, no Piauí, para serem vendidos em Capuame que era uma das principais feiras da época e de grande importância para o comércio do gado que vinha das zonas interioranas. Essa feira era o ponto de encontro “marcado pela espera dos produtores ou condutores de gado sedentos em ver um fim para

lugar distante da cidade oito léguas, onde tem pastos, e aonde os marchantes as compram” (ANTONIL, 1837, p. 203). O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, confirma a dificultosa jornada que as boiadas enfrentavam até a Bahia, em uma distância “de quase trezentas léguas por terra” (ANÔNIMO, 1900, p. 64).

Charles Boxer, por sua vez, apresenta o Piauí como incluso aos currais dos sertões da Bahia e de Pernambuco e distantes “centenas de milhas dos seus mercados litorâneos [...] o que representava semanas, muitas vezes meses de estrada”. Segundo Boxer, “tais boiadas chegavam a Salvador quase que semanalmente” e em determinados períodos do ano, quase todos os dias (BOXER, 1969, p. 247). Nessas jornadas, segundo Odilon Nunes, “gastavam de 30 a 40 dias para alcançar a feira. Viajavam geralmente no inverno, mas em certas regiões da Capitania, no período que vai de fevereiro a agosto”. No entanto, o autor assinala que as “perdas nas travessias dos chapadões que separam o Parnaíba do São Francisco, eram elevadíssimas, e continuavam até Capuame” (NUNES, 2007, p. 163).

O negócio das boiadas teria sido retomado pelas autoridades régias preocupadas com os rendimentos que poderiam ser obtidos com as fazendas confiscadas. Em uma representação do ouvidor geral juiz do Fisco Real, José Pereira da Silva e do influente negociante de gado do Piauí, João Paulo Diniz⁶, menciona uma carta escrita pelo primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas, enviada ao secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatando sobre os destinos das fazendas confiscadas dos jesuítas e reconhecia-se o atraso na continuidade do negócio das boiadas enviadas a Salvador anteriormente pelos jesuítas (AHU, Piauí. 07/01/1790. cx. 18, doc. 913). Ou seja, ainda no governo de Pereira Caldas, já havia a preocupação com a retomada do envio e venda das boiadas do Piauí para a Bahia.

Era de comum acordo do rei e das autoridades régias, tanto do Estado do Brasil como do Estado do Grão Pará e Maranhão, que se retomasse o negócio da venda de gado para Salvador. Em ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 12 de julho de 1767, o vice-rei e governador-geral do Brasil, o Conde de Azambuja, Antonio Rolim de Moura, comunicava que Sua Majestade teria ordenado o governador do Piauí, João Pereira Caldas, que dirigisse à Bahia, “os gados que houverem de vir daquela capitania vender a esta pertencentes às fazendas que foram dos Regulares da Companhia de Jesus” e “que encarregasse a venda deles ao Ministro, que me parecesse para o seu produto se remetido para a mesma capitania do Piauí, a ordem do seu governador” (AHU, Bahia, 12/07/1767. cx. 159, doc. 12133). No ano seguinte, em outra representação endereçada aos Inspetores das três Repartições das fazendas administradas, relatava-se sobre a importância de se encaminharem as relações das boiadas assim que iniciasse o envio das reses para Salvador (APEPI. Piauí. 13/01/1768. cód. 147. Folha 108v).

No entanto, somente a partir de 1769, foram registradas as relações das boiadas remetidas a Salvador durante o governo de Gonçalo Lourenço Botelho e Castro, as quais informavam a respeito do número de reses (bois, vacas e cavalos) que foram enviadas para Salvador, bem como a localidade e a Repartição à qual pertencia, quem eram os responsáveis pela administração das fazendas, bem como os escravos e trabalhadores que eram

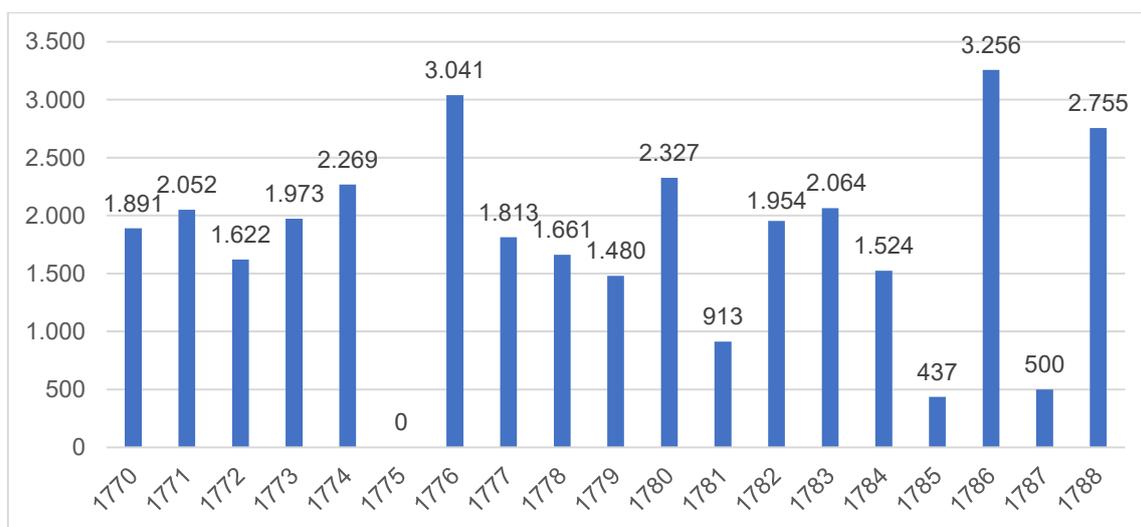
as suas longas jornadas, ansiosos por fechar um bom negócio”. Já “os versados nos negócios de gado, sempre a espera por uma oportunidade de comprarem pelo menor preço possível as reses sertanejas”. Tratava-se, portanto, de um lugar bastante movimentado e agitado desde a segunda metade do século XVII. (HENRIQUE, 2014. p. 8).

⁶ João Paulo Diniz fazia parte do grupo de comerciantes estrangeiros envolvidos no comércio das charqueadas que funcionaram na vila de São João da Parnaíba a partir da década de 1770 (REGO, 2013. p. 121-122). Infelizmente, não foi possível entender a sua relação com a venda de gado das fazendas dos jesuítas, mas por ele estar envolvido com diversos negócios pecuaristas, talvez fosse a pessoa indicada para prestar informações sobre este assunto durante o período do governo de João Pereira Caldas, quando já se encontrava na capitania do Piauí.

encarregados de conduzir as boiadas até a Feira de Capuame, onde eram vendidas. Os primeiros registros referem-se ao período de 1769 a 1774, quando foi vendida uma quantidade significativa de reses. Nesse intervalo de tempo, foram enviados aproximadamente um total de 11.770 bois, 731 vacas e 181 cavalos do Piauí, para a venda na Feira de Capuame (AHU, Piauí. 20/07/1770. cx. 11, doc. 646; AHU, Piauí. 15/04/1771. cx. 11, doc. 656; AHU, Piauí. 29/07/1771. cx. 11, doc. 669; AHU, Piauí. 12/07/1773. cx. 11, doc., 707; AHU, Piauí. 22/07/1774. cx. 12, doc. 717).

A quantidade de bois e vacas enviadas em cada ano poderia aumentar ou diminuir dependendo de fatores que acompanhavam desde a criação até as dificuldades que estes animais enfrentavam para serem vendidos. Já o número de cavalos teria permanecido quase o mesmo durante esses anos, exceto em 1769, quando não foi informado. Por outro lado, é possível contabilizar no *Mapa de todas as boiadas que tem saído das Fazendas de gado do Real Fisco* dessa capitania, a quantidade mais completa de gados enviados entre os anos de 1770 e 1788, bem como constatar os lucros obtidos com a venda dos bois. Segundo Esdras Arraes e Tanya Maria Pires Brandão, foram vendidos 33.532 animais nesse período (ARRAES, 2012, p. 126-127; BRANDÃO, 1999, p. 73). Este número é confirmado na nossa contagem, como podemos verificar no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de reses enviadas pelas fazendas do Real Fisco da capitania do Piauí



Fonte: AHU, Piauí. 07/01/1790. Cx. 18, doc. 913.

Em 29 de julho de 1771, João do Couto Pereira, escrivão da Ouvidoria Geral e Correição na cidade de Oeiras, realizou uma extensa relação dessas antigas fazendas que, na ocasião, pertenciam à Real administração, apresentando os seus gados, escravos, fábricas, cavalos, poldros, retiros e acessórios como celas e freios (AHU, Piauí. 29/07/1771. cx.11, doc. 669). A soma dos rendimentos obtidos com as vendas dessas fazendas entre os anos de 1770 e 1788, corresponde a um número maior do que o contabilizado por Esdras Arraes, alcançando as cifras de 77:015\$820, como podemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1 - Rendimentos das vendas das boiadas por Inspeção da capitania do Piauí⁷

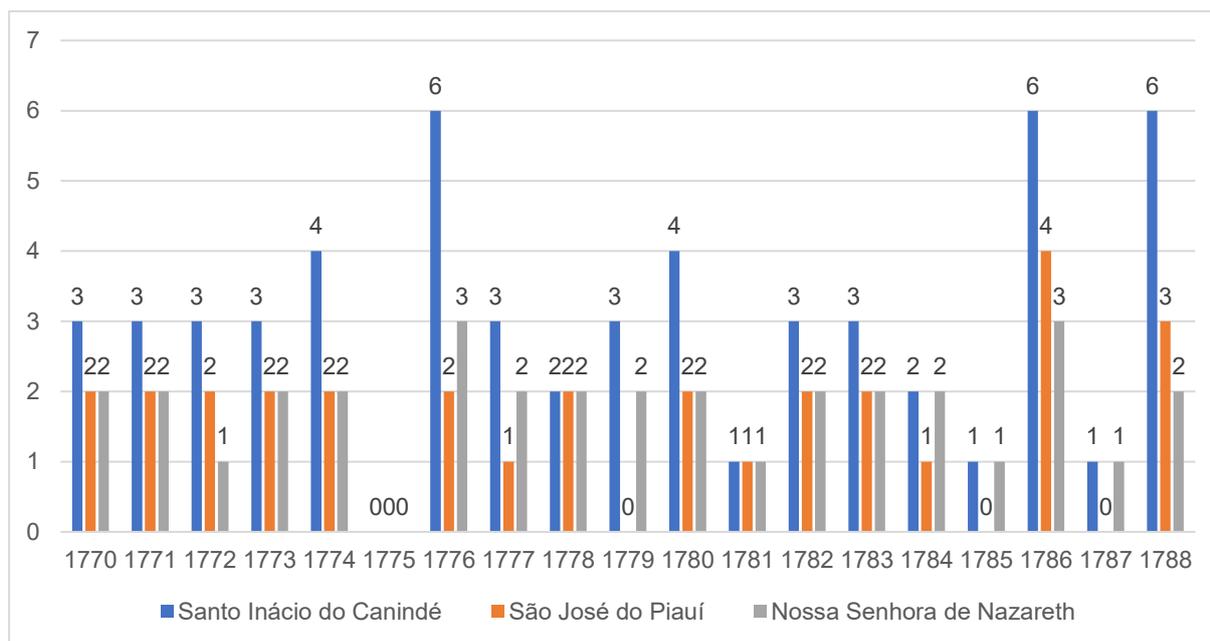
Ano	S. Inácio do Canindé	S. José do Piauí	N. Senhora de Nazareth	valor por ano
1770	1:713\$240	589\$740	959\$420	3: 262\$400
1771	1:940\$720	827\$640	1:163\$200	3: 931\$560
1772	1:341\$700	926\$460	585\$560	2:853\$720
1773	2:291\$020	895\$720	1:041\$880	4:228\$620
1774	2:307\$320	951\$340	844\$080	4:102\$740
1775	-	-	-	-
1776	3:800\$920	1:173\$920	1:754\$360	6:729\$200
1777	2:147\$220	465\$840	1:294\$200	3:907\$260
1778	1:383\$280	889\$120	1:005\$240	3:277\$640
1779	2:672\$820	-	1:647\$440	4:320\$260
1780	2:539\$200	1:186\$280	1:258\$320	4:983\$800
1781	790\$960	703\$040	646\$160	2:140\$160
1782	2:949\$620	1:892\$620	1:916\$800	6:759\$040
1783	2:424\$680	1:207\$120	1:183\$000	4:814\$800
1784	1:685\$720	901\$360	1:817\$460	4:404\$540
1785	554\$800	-	641\$200	1:196\$000
1786	5:663\$540	2:499\$720	1:475\$320	9:638\$580
1787	420\$620	-	546\$760	967\$380
1788	2:940\$370	1:774\$170	773\$580	5:488\$120
			Valor total	77:015\$820

Fonte: AHU, Piauí. 07/01/1790. Cx. 18, doc. 913.

Conforme a tabela acima, podemos verificar uma variação nos valores obtidos por ano com a venda das boiadas para Salvador, totalizando 77.015\$820 réis no final do período elencado. A Inspeção que mais lucrou com a venda das reses teria sido a de Santo Inácio do Canindé que teria obtido 39:567\$750 réis, em segundo lugar, a Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth que obteve 20:553\$980 réis e por último, a de São José do Piauí, que alcançou 16: 884\$090 réis. Ao analisarmos os dados relativos à venda das boiadas, percebemos o período de seca e as longas distâncias como os principais fatores que implicavam diretamente na abstenção do envio das reses ou na diminuição do rebanho bovino, o que gerava, conseqüentemente, prejuízo na arrecadação dos rendimentos das boiadas no decorrer dos anos. A maioria das boiadas era advinda da Capela Grande que enviava, a partir de 1770, em média 7 boiadas, já a Capela Pequena, geralmente mandava uma ou no máximo duas por ano. A Inspeção que mais enviava boiadas era a de Santo Inácio do Canindé, geralmente uma média de três, mas chegou a enviar até seis, nos anos de 1776, 1786 e 1788, totalizando 57 boiadas no período de 1770 a 1788, como podemos verificar no gráfico 2.

⁷ Os dados sobre a exportação das Fazendas do Fisco entre os anos de 1770 e 1789, apresentados por Tanya Maria Pires Brandão, que foram extraídos do Arquivo Público do Estado do Piauí, contêm erros de transcrição e na soma dos valores, entretanto, nos serviram de comparação para alcançarmos resultados mais próximos da realidade do que as fazendas das três Inspeções alcançaram durante o período em destaque. Nesse sentido, conferir: (BRANDÃO, 1999, p. 80-82).

Gráfico 2 – Quantidade de boiadas enviadas por cada Inspeção do Piauí para a Bahia



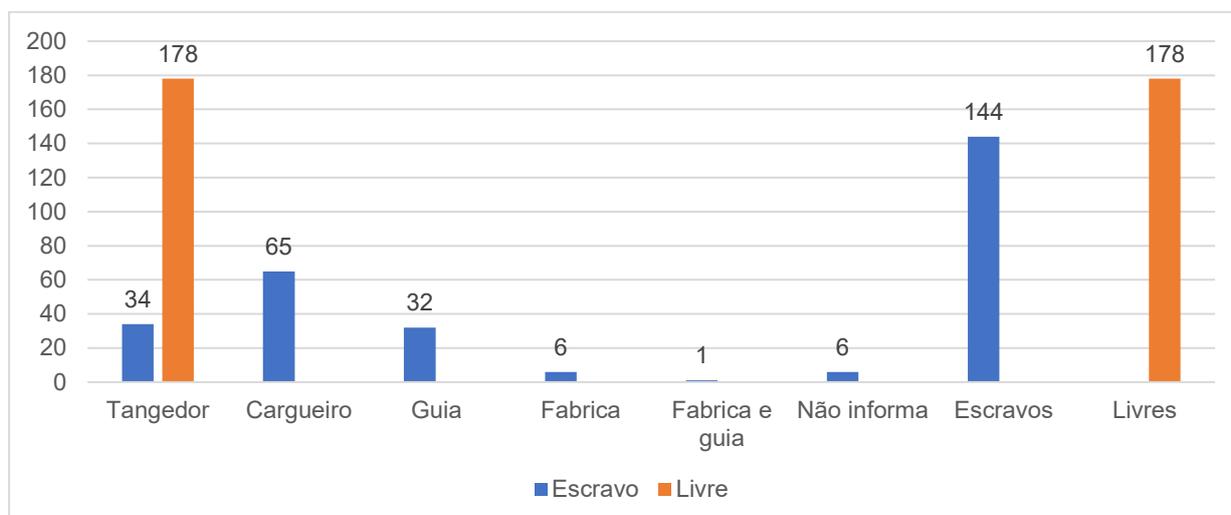
Fonte: AHU, Piauí. 07/01/1790. Cx. 18, doc. 913.

Em segundo lugar, estava a Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth, que enviou 34 boiadas durante esse período, em uma média de duas por ano e no máximo três. Por fim, a Inspeção de São José do Piauí, teria enviado 30 boiadas em uma quantidade de duas por ano, mas nos anos de 1777, 1781, 1784, apenas uma. Estes números, devem-se não apenas a capacidade e disponibilidade do rebanho de cada Inspeção, mas também devido as dificuldades enfrentadas durante o trajeto, pois ao enfrentar jornada de duzentas e trinta ou quarenta léguas, ocasionava a diminuição das reses, “seguindo-se mortas, percas, refugos e estropiadas em caminho” ou “até a falta de serviços de escravos no benefício das fazendas” (AHU, Piauí. 07/01/1790. cx. 18, doc. 913), poderia implicar nestes resultados.

No que diz respeito a mão de obra empregada nas boiadas remetidas à Bahia, 144, (44,73%) eram escravizados e 178, (55,27%), correspondiam a trabalhadores livres ou alforriados. As funções eram desempenhadas por mestiços, crioulos, pretos, índios, mulatos, brancos e pardos. A única função exercida tanto por mão de obra livre como escravizada era a de tangedor; as demais como os guias, cargueiros e fábricas, eram realizadas somente por escravizados⁸. Os dados disponíveis são referentes a condição e funções da mão de obra empregada nas boiadas do Piauí até a Feira de Capuame, entre os anos de 1770 e 1774, como podemos constatar no gráfico 3.

⁸ No que diz respeito a procedência desses indivíduos, estudos apontam um comércio de gado paralelamente ao de escravizados entre os sertões das capitanias e o litoral. Mairton Celestino, Aleisa Sousa Carvalho e Gutiele Gonçalves dos Santos, por exemplo, destacaram, “que tudo indica, fazendeiros saíam do Piauí e do Maranhão para revender gados, cavalos e retornavam com escravos, estimulando assim o mercado local sedento por mão de obra escrava”. Assim, esses estudos são importantes para compreendermos a relação próxima entre o comércio da pecuária com o da aquisição de mão de obra, nos principais centros e feiras do litoral de São Luís e Salvador com os sertões do Maranhão e Piauí a partir da segunda metade do século XVIII. (SILVA; CARVALHO; SANTOS, 2015. p. 160).

Gráfico 3 – Condição e funções da mão de obra empregada nas boiadas até a Feira de Capuame



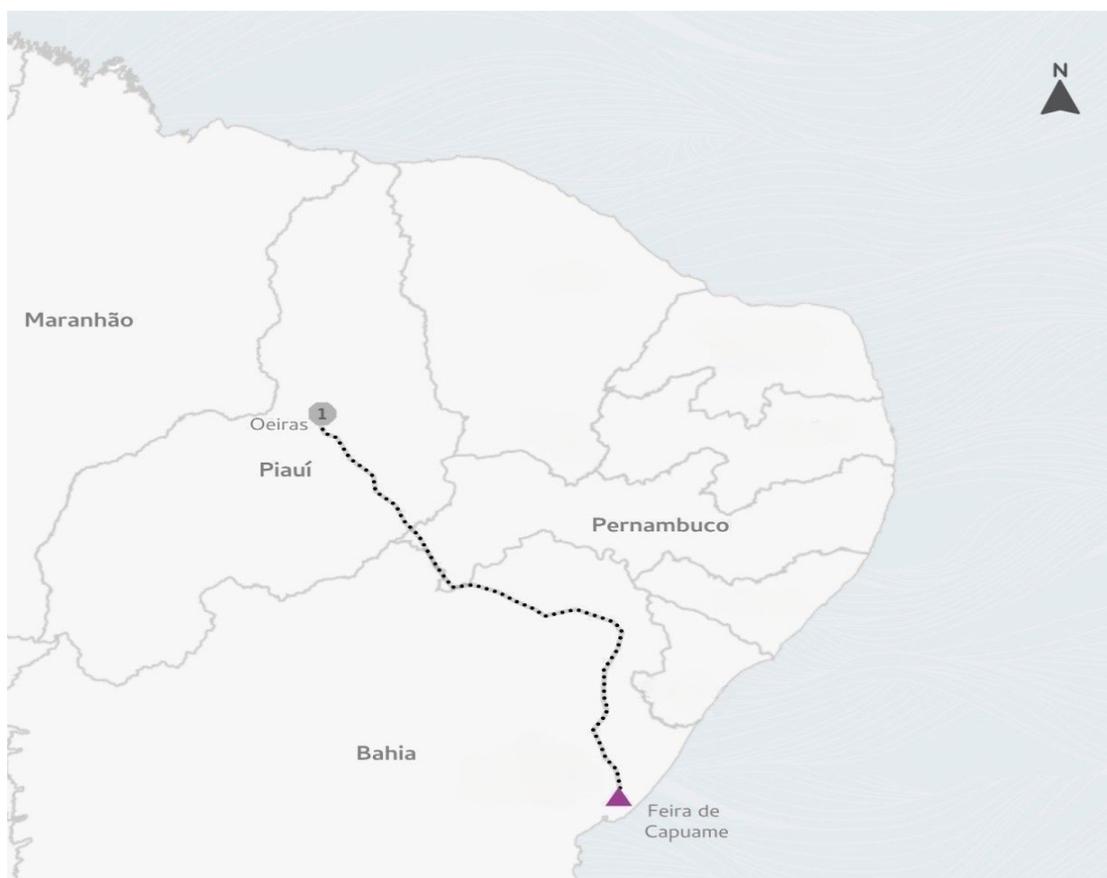
Fonte: AHU, Piauí. 20/07/1770. cx. 11, doc. 646; AHU, Piauí. 15/04/1771. cx. 11, doc. 656; AHU, Piauí. 29/07/1771. cx. 11, doc. 669; AHU, Piauí. 12/07/1773. cx. 11, doc., 707; AHU, Piauí. 22/07/1774. cx. 12, doc. 717.

O salário pago aos trabalhadores livres que desempenhavam a função de tangedor variava entre 10\$000 a 12\$000 réis, mas não é possível identificar, nas fontes primárias, qual a razão para se ganhar mais ou menos desempenhando a mesma função e com igual condição social. Uma das possibilidades, segundo Gutiele dos Santos, era que “as pessoas responsáveis por conduzir o gado eram pagas a depender da distância percorrida, sendo que os gados extraviados ao longo dos caminhos eram descontados do pagamento” (SANTOS, 2022, p. 35-36). Estes indivíduos enfrentavam, além da distância, os perigos dos conflitos indígenas e o risco de ataques de animais selvagens que faziam que os trajetos fossem percorridos com muita dificuldade.

Edmilson Rosa Bezerra, por sua vez, ressaltou a importância e os aspectos da mão de obra das fazendas de gado em todo o processo desde a criação até a venda dos animais. Ao tratar da realidade do sul do Maranhão, Bezerra destacou que “a fazenda se desenvolvia de forma autossuficiente, os proprietários tinham todas as tralhas instrumentais e a mão de obra da família ‘tocava’ a fazenda, composta de terras, casas, ferramenta, utensílios e o principal: certa quantidade de gado” (BEZERRA, 2010, p. 78). A distância do sul do Maranhão em relação ao litoral de São Luís, Salvador e das Minas, entretanto, exigia uma experiência com adestramento e alta tecnologia de gado para enfrentar as distâncias e conseguir realizar os negócios com as principais feiras da época (BEZERRA, 2010, p. 79).

Descoberta no governo de Gomes Freire de Andrada, no final do século XVII, a estrada real do gado, ligava desde o rio Itapecuru, no Maranhão, passando pelo rio Canindé no Piauí, dava destino ao gado dos sertões as principais feiras da época, como a Feira da Capuame, na Bahia (ARRAES, 2013, p. 53); (AHU, MA. 10/01/1696. Cx. 9, doc. 906). A abertura de novos caminhos e trajetos para a passagem das boiadas que saíam do Piauí para Salvador no século XVIII, visava “facilitar a condução de gado da capitania do Siará Grande e do território do Piauí para Capuame” e já estava na pauta de algumas reuniões do Senado da Câmara da cidade de Salvador desde o ano de 1718. Nesse sentido, discutia-se “as conveniências da abertura de novas vias de comunicação pelas cabeceiras dos rios Itaim” e “Canindé (no

território do Piauí) em demanda ao rio São Francisco, visavam reduzir as jornadas do gado criado no Piauí rumo a Bahia que, ao serem feitas em cerca de 50 dias de viagem [...] poderiam passar a ser cumpridas em cerca de 20 dias”, segundo Gabriel Nogueira (NOGUEIRA, 2021, p. 258-259). O percurso realizado pelas reses do Piauí para a Feira de Capuame na Bahia, pode ser verificado no mapa 1.



Mapa 1 – Percurso realizado pelas reses do Piauí para a Feira de Capuame, Bahia

Fonte: (ARRAES, 2013, p. 53); (AHU, MA. 10/01/1696. Cx. 9, doc. 906).

O empreendimento das boiadas, teve a participação do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro desde o início do seu governo no ano de 1769, pois havia uma preocupação com os rendimentos que a venda de animais poderia gerar para as autoridades poderem arrecadar ao cofre e cobrir as despesas desse negócio na capitania. Em 30 de maio de 1769, foi remetida uma carta ao capitão-general da Bahia, informando sobre a necessidade de dispor pessoas que ficassem encarregadas de receberem as 8 boiadas enviadas à Feira de Capuame e que por “ordem de Sua Majestade se deve remeter ao cofre do Real Fisco desta Capitania o dinheiro que produzir a venda das sobreditas boiadas seria conveniente que Vossa Excelência se servisse de determinar, que tão bem aquele Juízo se participem as contas de toda a receita” e “despesa [...] de cada uma daquelas duas Capelas” (APEPI. Piauí. 30/05/1769. Cód. 147, Folha 137v-138).

Em outra carta para a Bahia, endereçada ao Dr. Antonio José Cabral de Almeida,

comunicava o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro que tinha “chegado a esta cidade até aquele tempo quatro boiadas das fazendas, que aqui administraram os denominados Jesuítas, para efeito de se venderem”. No entanto, na ocasião tinha-se apenas o dinheiro de três boiadas para que se pudesse remeter. Floriano do Rego Monteiro e João Ferreira Carvalho, ficariam encarregados de receber o produto das ditas três boiadas, que seria enviado “diretamente a entregar ao cofre da Administração e Fisco Real, de que é recebedor Manuel Sousa Pacheco assistente nesta cidade” (APEPI. Piauí. 17/08/1769. Cód. 147. Folha 145v-146). Em outra ocasião, de 12 de julho de 1773, em um ofício do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, determinava-se que se passasse “do cofre dessa capitania para o desta Junta todo o dinheiro que tiverem produzido as Fazendas pertencentes às Capelas, que instituiu Domingos Afonso Sertão e eram administradas pelos Regulares da Companhia denominada de Jesus [...] deduzindo as despesas que com as mesmas se devam fazer” (AHU, Piauí. 12/07/1773. cx. 12, doc. 707).

As secas que ocorriam periodicamente nos sertões das capitâneas do Norte, afetavam diretamente os rendimentos que as autoridades obtinham com as vendas das boiadas. No ano de 1775, entretanto, uma comunicação do governo interino do Piauí, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, relatava as autoridades que deixavam de arrecadar o que produziam as fazendas devido no “presente ano nenhuma boiada se pode extrair daquelas fazendas, para se dispor na Feira de Capuame da Bahia, como era costume, e conforme as ordens de Sua Majestade, porque a extraordinária seca deste inverno, fez impossível o transitarem aquelas pelas travessias [...]”. Mais adiante acrescentava “que alguns gados de particulares, que tentaram aquela passagem, experimentaram a total ou gravíssima ruína; a qual prudentemente devíamos evitar na fazenda do dito Senhor, mandando-se conservar o gado nos próprios pastos, em que havia menos perigo, para sair no ano futuro” (AHU, Piauí. 16/05/1775. cx. 12, doc. 730; APEPI. Piauí. 16/05/1775. Registro atual: 0009. Folha 54-54v).

Assim, podemos perceber o quanto as condições climáticas afetavam os negócios empreendidos na região. Em uma reunião com as autoridades da capitania e os Inspetores das antigas fazendas dos jesuítas, cogitava-se sobre a decisão de enviar ou não boiadas para Salvador no contexto da grande seca que afetava aquele ano. A difícil decisão que as autoridades deveriam tomar girava em torno do que era melhor, “se o gado havia infalivelmente padecer dentro das Fazendas vindo o tempo da seca por falta de água, e pastos, o que era por certo pela razão de serem mimosos, lhe parecia melhor expô-los a uma contingência que deixá-los em um perigo mais certo”. Por outro lado, pensava-se que o gado nas fazendas “nunca podia ter o perigo que ponderava, e só sim posto em viagem pelas razões já ditas” (AHU, Piauí. 16/05/1775. cx. 12, doc. 730). Diante de tal situação, as autoridades decidiram não enviar boiadas, pois a dificuldade seria maior ao submetê-las a uma jornada de viagem durante a seca, não sendo possível arrecadar dinheiro das vendas dos gados ao cofre da cidade do Pará e o que havia, deveria ser utilizado apenas para as despesas necessárias das boiadas no ano seguinte quando as condições naturais melhorassem.

Desse modo, um dos principais problemas relacionados com a diminuição do número de reses e que era motivo de preocupação das autoridades régias era a perda dos animais devido à grande distância que tinham que percorrer até chegarem no seu destino. Capistrano de Abreu ressalta o desgaste que o gado sofria ao enfrentar as longas distâncias para chegar ao litoral, as dificuldades com que os marchantes conduziam as boiadas e a condição em que as reses ficavam após longos dias de viagem (ABREU, 1998, p. 136). O autor destaca que a

vantagem da pecuária em relação à agricultura era a sua capacidade de vencer as distâncias. No entanto, um dos principais problemas encontrados era que nos caminhos, “transviavam-se reses ou cansavam, ou ficavam quase moribundas, à falta d’água” (ABREU, 1930, p. 100).

Caio Prado Júnior aproxima-se da abordagem de Capistrano de Abreu e destaca que apesar das condições naturais pouco favoráveis, devido, sobretudo, as distâncias⁹ e a falta de água, essa região abastecia, nesse período, os principais centros do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. No mesmo sentido, Prado Júnior destaca as dificuldades com que o gado era conduzido até as cidades, chegando “estropiado a seu destino”. Por esta razão, a carne produzida era “pouca” e de “má qualidade” e “somente a falta de outras fontes de abastecimento alimentar explica a utilização para isto de tão afastadas e desfavoráveis regiões” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 46).

No mesmo sentido, Denise Monteiro afirmou que o transporte de “gado em pé” para “mercados distantes se fazia pelos longos caminhos terrestres que atravessavam o sertão, na direção sudeste”, devido às grandes distâncias, “a mercadoria chegava a seu destino depreciada, tendo em vista as mortes, as doenças e os extravios ocorridos nesses extensos deslocamentos” (MONTEIRO, 2012, p. 76). Luís Mott também ressaltou a dificuldade que o gado enfrentava para chegar no litoral. Segundo ele, um boi gordo “pesava entre 9 e 12 arrobas ao sair da porteira do curral: no caso de ser transportado, ou melhor, comboiado para a Bahia, a longa caminhada de mais de 22 léguas, fazia-o perder muito peso”. Dessa forma, “não só as boiadas chegavam desfalcadas (vários animais ou se extraviavam ou morriam pelo caminho), como os animais que conseguiam chegar à feira de Capuame, tinham perdido às vezes até 1/3 de seu peso ao iniciar a jornada de uma capitania para outra” (MOTT, 2010. p. 85).

Em 27 de outubro de 1769, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, por exemplo, comunicava as autoridades sobre as “grandes perdas” que estavam “sujeitas as boiadas no trajeto desta capitania até a Feira de Capuame”. Nesse sentido, alegava o governador sobre a necessidade do estabelecimento de “um procurador a pouca distância da passagem do Juazeiro, e outra na Serrinha, os quais se obriguem a receber por preços certos os gados fracos” e “a prover de mantimentos no regresso aos condutores dos mesmos gados” (APEPI, Piauí. 27/10/1769. Cód. 147. Folha 157v-158v). Anos depois, essa mesma estratégia foi comunicada ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para “evitar a perda de gados fracos, fugas, e mais ruínas, que resultar de muitos espantos no trajeto, que fazem para aquela capitania” (AHU, Piauí. 15/04/1771. cx. 11, doc. 658). Na mesma data, Botelho de Castro comunicava a Sua Majestade que os procuradores de suas respectivas paragens deveriam se responsabilizar deste “benefício” (APEPI, Piauí. 15/04/1771. Registro atual: 0009. Folha 23v). Desde o início, havia a preocupação de comunicar as autoridades para receberem as boiadas que eram enviadas para Salvador (APEPI, Piauí. 30/12/1768. Cód. 147. Folha 118v).

Para tanto, incumbia as autoridades da Bahia, do termo da Vila de Jacobina, mais precisamente a João Rodrigues Carneiro e Francisco Rodrigues, de receberem os “gados cansados que desceram do sertão do Piauí [...] incapazes de poderem seguir viagem”. Deveria Rodrigues Carneiro ser procurador da Administração das ditas boiadas e receber “os bois a mil e seis centos réis, e as vacas à dez tostões por cabeça”, preço determinado pelas autoridades envolvidas. Além disso, “se obrigava dar matalotagens aos passadores das ditas boiadas” e dar conta de um “bilhete aos passadores das ditas boiadas do qual conste dos bois

⁹ O problema do transporte e das grandes distâncias enfrentadas pelo gado para chegar ao litoral também é discutido por Caio Prado Júnior na obra Formação do Brasil Contemporâneo (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 205-206).

e vacas que chegam aquele lugar, e dos que ficam em seu poder e recebimento e dos que marcham para diante para o outro Procurador” (AHU, Piauí. 15/04/1771. cx. 11, doc. 656), tendo um controle maior da quantidade de gado que ficava e daquele que seguia em viagem rumo a Feira de Capuame. Cabe ressaltar que, era muito comum a venda dos bois estropiados pelo caminho para evitar a perda dos animais por morte ou extravios na caminhada, apesar de ser difícil verificar as porcentagens relativas as vendas no trajeto devido não serem registradas pelas autoridades (BRANDÃO, 1999, p. 70).

Outra solução para a depreciação do gado, havia as fazendas de engorda ou internadas que, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, “ficavam junto às grandes feiras como Capuame ou Feira de Santana” quando chegavam os animais cansados e magros “sem opções de venda para os passadores [...] é aí que se engordam as boiadas, em pastos plantados e cuidados” e somente depois “revendem o gado para os marchantes” (SILVA, 1997, p. 143), por um bom preço. Segundo Teixeira da Silva, “o gado chegava ao Recôncavo, em especial às vilas de Água-fria e Socós e não continuava a viagem em direção a Salvador”. Nessas “fazendas de engorda ou internadas, onde o gado deveria recuperar seu peso, evitando o prejuízo do abate do boi magro”. (SILVA, 1997, p. 144). Ao “longo de tais caminhos surgiram grandes feiras de gado, como Capuame, ou Feira Velha, e a Aramari”; surgiram também “ranchos, rodeados de pequenas roças, onde se compraram as reses estropiadas, e se albergava e alimentava os vaqueiros e viajantes” (SILVA, 2002, p. 144).

Charles Boxer, entretanto, afirma que “embora o gado, depois de sua longa e exaustiva viagem através da árida catinga, pudesse ser engordado nas pastagens próximas da cidade, não parece que isso tenha sido feito com frequência”, pois “queixas quanto à magreza dos animais são muitos comuns” (BOXER, 1969, p. 247). Por esta razão, segundo Mott, a última boiada teria sido vendida no ano de 1788, “pois os administradores das fazendas reais decidiram a partir de 1789 que era mais rentável aos cofres da metrópole vender as reses a quem quisesse por conta própria se encarregar de revendê-las na Capuame”, interrompendo a “prática herdada ainda do tempo dos jesuítas, de os próprios vaqueiros e tangerinos das fazendas comboiarem os animais (MOTT, 2010, p. 86). No entanto, segundo Tanya Maria Pires Brandão, os números relativos à venda de reses revelam que.

Em 1789, as 3.039 reses vendidas nos currais importaram em 8:329\$500rs enquanto as 2.117 cabeças exportadas, em 1797, correspondem ao também líquido resultado de 9:815\$330rs. Portanto, é quase certo que os rendimentos das três Inspeções nas décadas de setenta e oitenta do século XVIII poderiam ter sido maiores (BRANDÃO, 1999, p. 72).

Desse modo, segundo a autora, era mais lucrativo o envio das boiadas para serem vendidas em outras capitânicas, exceto, “se os compradores pagassem pelos bois ainda nas fazendas, preço superior ao médio então obtido na Bahia, que era de 2\$800rs”. Caso contrário, era mais vantajoso enviar as reses para serem vendidas nas feiras da época.

Considerações finais

Dessa forma, como afirma Maria do Socorro Coelho Cabral, essa ocupação com base na pecuária extensiva, significou uma estreita ligação com os centros “nordestinos”, pois até o ano de 1769, o gado “de Pastos Bons era vendido somente para a Bahia, demandado esse mercado através de uma via de quase trezentas léguas. Segundo Coelho Cabral, contudo, a partir de 1770, com a “instalação de charqueadas às margens do Parnaíba, uma nova rota foi explorada, vinculando esses sertões à vila de São João da Parnaíba” (CABRAL, 2008, p. 111),

por meio da comercialização da carne seca e salgada. O início das oficinas e charqueadas no rio Parnaíba foi praticamente no mesmo período em que as autoridades régias do Estado do Grão Pará e Maranhão retomaram o negócio das boiadas. No entanto, sabe-se que, desde 1761, ou pelo menos, no início do governo, João Pereira Caldas já registrava a entrada de barcos carregados de carnes, couros e outros produtos (AHU, Piauí. 19/09/1761. cx. 8, doc. 489), o que teria se intensificado no ano de 1770 (ANÔNIMO, 1900), com o envio de diversas sumacas para a cidade de Belém. Diferentemente do que alguns autores defenderam, entretanto, as charqueadas não substituíram completamente o negócio das boiadas que eram enviadas para Salvador, mas apenas tinha o intuito de amenizar os prejuízos devido as constantes perdas e impedimentos no transporte do gado em pé (PORTO, 1959, GIRÃO, 1985; GIRÃO, 1995; MONTEIRO, 2012). Procuramos demonstrar, excetuando-se no período de seca, uma certa continuidade no envio de reses e na obtenção de rendimentos aos cofres reais a partir da venda na Feira de Capuame, o que permitia a manutenção desse negócio. É inegável que, além do fator climático, as dificuldades com as longas distâncias e o dispêndio de recursos físicos e humanos, tenha implicado diretamente para o aumento ou na diminuição do número de reses enviadas e vendidas por cada Inspeção no decorrer dos anos. No entanto, essa atividade manteve-se como uma alternativa importante nos circuitos comerciais de abastecimento pelo menos até a última década do século XVIII. De fato, é possível concluir que a sua sobrevivência estava atrelada a riqueza do patrimônio deixado pelos jesuítas, principalmente pelas diversas fazendas de gado que foram herdadas por um dos primeiros colonizadores da região.

Fontes Primárias

Arquivo Histórico Ultramarino

Piauí

Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências que efetuou quando tomou posse do governo da capitania e da viagem que realizou pelo Piauí. AHU, Piauí. 19/09/1761. cx. 8, doc. 489.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o rendimento e despesa dos bens da Companhia de Jesus, no Piauí, e informando acerca das boiadas a eles pertencentes e a importância da venda dos animais. AHU, Piauí. 20/07/1770. cx. 11, doc. 646;

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a organização do transporte do gado que iria participar na feira de Capuame, na Bahia, e que era proveniente das fazendas dos padres da Companhia de Jesus. AHU, Piauí. 15/04/1771. cx. 11, doc. 656.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o rendimento dos bens que pertenceram aos jesuítas, como também o total das reses de sete boiadas enviadas para a capitania da Bahia. AHU, Piauí. 29/07/1771. cx. 11, doc. 669.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a impossibilidade de enviar a certidão do rendimento dos bens que pertenceram aos jesuítas, pelo motivo do escrivão estar acompanhar o ouvidor numa correição pela capitania, e remetendo as relações referentes aos animais que partem para a Bahia e vão participar na feira. AHU, Piauí. 12/07/1773. cx. 12, doc. 707.

Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o rendimento dos bens dos jesuítas, de 27 de julho de 1773 a 29 de abril de 1774, e remetendo uma relação dos animais que foram enviados para a Bahia. AHU, Piauí. 22/07/1774. cx. 12, doc. 717.

Ofício do governo interino do Piauí, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, acerca das fazendas que foram dos jesuítas, e informando que não foram enviados animais para a feira da Bahia, por causa da seca. AHU, Piauí. 16/05/1775. cx. 12, doc. 730.

Ofício de Inácio Antonio Ribeiro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a carta do governo interino do Piauí de 17 de agosto de 1789, acerca das razões pelas quais não se realizou o envio de gado, para a Bahia, pertencente às fazendas que foram dos jesuítas, e descrevendo o modo como foram arrematados estes gados. AHU, Piauí. 07/01/1790. cx. 18, doc. 913.

Bahia

Ofício do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde de Azambuja, Antônio Rolim de Moura, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a ordem real sobre o procedimento com os gados provenientes da capitania do Piauí. AHU, Bahia. 12/07/1767. cx. 159, doc. 12133.

Maranhão

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia. AHU, Maranhão. 10/01/1696. Cx. 9, doc. 906.

Arquivo Público do Piauí

Arquivo Público do Piauí. Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juízes, Câmaras. Livro II (1764-1770). 13/01/1768, cód. 147. folha 108v.

Arquivo Público do Piauí. Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juízes, Câmaras. Livro II (1764-1770). 30/12/1768. Cód. 147. Folha 118v.

Arquivo Público do Piauí. Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juízes, Câmaras. Livro II (1764-1770). 30/05/1769. Cód. 147. Folha. 137v-138.

Arquivo Público do Piauí. Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juízes, Câmaras. Livro II (1764-1770). 17/08/1769. Cód. 147. Folha 145v-146.

Arquivo Público do Piauí. Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juízes, Câmaras. Livro II (1764-1770). 27/10/1769. Cód. 147. Folha 157v-158v.

Arquivo Público do Piauí. Correspondência do governador da capitania Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, com sua Majestade através da secretaria dos negócios do reino, marinha etc. (1769-1793). 15/04/1771. Registro atual 0009. Folha. 23v.

Arquivo Público do Piauí. Correspondência do governador da capitania Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, com sua Majestade através da secretaria dos negócios do reino, marinha etc. (1769-1793). 16/05/1775. Registro atual 0009. Folha. 54-54v.

Referências

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1930.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí. *Revista IHGB*, tomo 62, Parte I. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1900.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa/Rio de Janeiro: Biblioteca do Senado Federal, 1837.

ARRAES, Damião Esdras de Araújo. Rio dos Currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. vol. 21, n. 2, 2013, p. 44-77.

ARRAES, Damião Esdras de Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BEZERRA, Edmilson Rosa. *O grão e o Casco: representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2008.

CARVALHO, Roberta Lobão. *"A ruína do Maranhão": a construção do discurso antijesuítico na Amazônia portuguesa (1705-1759)*. Tese (Doutorado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Editora Artenova s. a., 1974.

COUTO, Ronaldo; AMANTINO, Marcia. De 'curral dos padres' à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Marcia (orgs.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 15-42.

D' ALENCASTRE. José Martins Pereira. Memória Cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *Revista do IHGB*, tomo XX, p. 5-169, 1857.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. *Os jesuítas no sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711-1760)*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica do Ceará*. Fortaleza: BNB.ETENE, 1985.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, Solimar Oliveira. O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. *História: Debates e tendências*, vol. 7, n. 2, p. 138-154, 2008.

MONTEIRO, Denise Mattos. Portos do sertão e mercado interno: nascimento e evolução do porto do Açú-oficinas (1750-1860). *História econômicas e História de empresas*. XV. 1, p. 71-98, 2012.

MOTT, Luís. A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mário (org.). *Peões, gaúchos, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 15-52.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. 2.ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. Raimundo Moreira das. *Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Dissertação (Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos Portos da Porção oriental da costa leste-oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um Império em movimento (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias de. *Padres e fazendeiros no*

Piauí Colonial – século XVIII. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Fortaleza, 2009, p. 1-10.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PORTO, José da Costa. *O pastoreio na formação do Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

REGO, Junia Motta Antonacio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: História do Comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia. *Cadernos ideias*, Instituto Humanitas Unisinos, n. 151, p. 3-48, 2011.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, n. 55, p. 171-195, 2008.

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. *Sertões indômitos: comércio, doenças e práticas de cura na capitania do Piauí – século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América portuguesa: O Brasil Colônia – 1500-1750. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, p. 49-138.

SILVA, Francisco Carlos Texeira da. Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil-Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec; Editora da USP, 2002, p. 123-159.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, p. 119-156, 1997.

SILVA, Mairton Celestino da; CARVALHO, Aleisa Sousa; SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. Uma África em nós: escravidão, história atlântica e os desafios da historiografia piauiense. In: LIMA, Solimar Oliveira (org.). *Historiografia da Escravidão Negra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 153-176.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LI. Fortaleza, p. 15-47, 1937.

Notas de autoria

Samir Lola Roland é doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas na Universidade Federal do Maranhão, sob a orientação do professor Doutor Rafael Chambouleyron. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Pesquisa as histórias da conquista e ocupação portuguesa nos sertões das capitanias do Maranhão e Piauí, tendo vários trabalhos publicados sobre o tema, dentre os quais, o livro intitulado: *Sesmeiros, posseiros e indígenas: a conquista e a ocupação no vale do Parnaíba (séculos XVII e XVIII)*, publicado no ano de 2021, pela Editora CRV. Integra a equipe de estudos em Amazônia Colonial, bem como participa das reuniões de grupo Indígenas na História do Maranhão e Impérios Ibéricos no Antigo Regime. E-mail: samirlolaroland@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

ROLAND, Samir Lola. As antigas fazendas jesuíticas: o transporte e a venda de gado dos sertões do Piauí para a feira de Capuame, Bahia (1769-1789). *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 49, p. 245-262, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 30/07/2023

Modificações solicitadas em 13/09/2023

Aprovado em 31/01/2024